

# APRESENTAÇÃO

## EDUCAÇÃO DO CAMPO: MOVIMENTOS SOCIAIS, UNIVERSIDADES E PODER PÚBLICO

Com a publicação deste Dossiê, *Educação do Campo: movimentos sociais, universidades e poder público*, da Revista Educação em Perspectiva, o Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Viçosa (UFV) objetiva apresentar um conjunto de contribuições teóricas que abordam princípios orientadores, práticas e formulações pedagógicas, além de programas e políticas públicas conquistadas e/ou enfrentadas pelos povos do campo na consolidação de uma educação e uma escola do campo. Trata-se de uma produção acadêmica que teve o momento de sua concepção marcado por duas importantes conquistas políticas da Educação do Campo na UFV: a implantação do curso de Licenciatura em Educação do Campo com Habilitação em Ciências da Natureza e Agroecologia (LICENA/UFV); e o processo de criação do Núcleo de Educação do Campo e Agroecologia (ECOA). Além disso, tem seu lançamento marcado por importantes eventos de mobilização nacional em torno da Educação do Campo: o II Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária (II ENERA); o III Seminário Nacional do Fórum Nacional da Educação do Campo (FONEC); e o III Encontro Nacional de Agroecologia (III ENA), realizados com o protagonismo de movimentos sociais e sindicais em parceria com professores e universidades públicas brasileiras.

São momentos e contextos que, em comum, expressam parte dos avanços e êxitos conquistados, nos últimos 17 anos, pelo movimento da Educação do Campo no empenho coletivo de legitimação e institucionalização do direito à educação dos povos do campo. E que, diferentemente da educação rural, tem na afirmação da vida no campo, de suas práticas culturais e, sobretudo, na luta política na direção de um acesso pleno aos direitos que caracterizam a cidadania em nosso tempo, a tônica do movimento. Nesse aspecto, há que se assumir que a Educação do Campo e a Agroecologia tem, nos últimos anos, possibilitado a entrada no universo acadêmico de uma multiplicidade de projetos de ensino, extensão e pesquisa, envolvendo uma diversidade de sujeitos sociais,

culturais políticos e econômicos – expressão da diversidade da vida no campo –, num duplo movimento de movimentos que tem pintado as universidades com a cara do povo brasileiro. Na sustentação desses movimentos, destacam-se, entre outras, conquistas diversas, como a aprovação das Diretrizes Operacionais da Educação do Campo; a consolidação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA); o Decreto da Educação do Campo; do Programa das Licenciaturas em Educação do Campo (PROCAMPO); do Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO); e a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO).

Todavia, a despeito dessas e outras conquistas e avanços, o movimento da Educação do Campo ainda enfrenta inúmeros desafios, a exemplo da persistência dos elevados índices de analfabetismo no campo; da reduzida taxa de escolaridade no meio rural; do sistemático e crescente índice de fechamento de escolas, turmas e turnos no campo; entre outros fatores que indicam limites dos avanços institucionais. Nesse aspecto, conforme destaca o Documento Final do FONEC, “[...] a luta do movimento da Educação do Campo deve ser por educação pública, mas afirmando o campo e a luta pelo acesso à terra e pelas condições de permanência nela, porque o direito à educação somente lá chegou pela luta dos/as camponeses/as” (FONEC, 2015, p. 4). Uma luta que se defronta, na atual conjuntura, com os riscos de que, mesmo com todas as suas limitações, as conquistas do movimento sofram um processo de desmonte. Afinal, o panorama de conflitos e contradições da Educação do Campo e da Agroecologia no Brasil indica que os modelos hegemônicos de sociedade, de agricultura e de cultura – que o agronegócio carrega consigo –, tende a se universalizar e cooptar as conquistas populares, precisando ser enfrentado por nossa causa única, a saber: a transformação estrutural da sociedade, do campo e da educação, em particular. No entanto, o momento de turbulência, de crise, também indica possibilidades de mudanças.

Nesse sentido, os artigos apresentados neste Dossiê expressam indícios de transformações em curso em nossa sociedade. Expressam, ainda, o compromisso e esforço teórico de pesquisadores que têm buscado explicar e compreender as formulações pedagógicas, os programas e projetos de políticas públicas para o campo –, mas não apenas direcionados a este lócus –, assim como o protagonismo de movimentos sociais e populares. No

conjunto, são artigos cujas temáticas passam por questões nodais, a saber: i. o emaranhado de contradições e disputas pelos espaços educativos em nossa sociedade contemporânea planetarizada, refletindo, por consequência, a necessária configuração de redes sociais embrincadas em redes de redes cada vez mais complexas; ii. o vínculo inextrincável entre o acesso à terra e à educação contextualizada para se determinar as políticas públicas, bem como os processos de permanência nesses lugares de produção e reprodução da vida e do *bem viver* agroecológicos, tanto no campo como nas cidades; e, iii. por fim, abordam também as lutas e os desafios atuais para que se prossiga a luta por uma educação e por uma escola do campo, reconhecendo a dimensão da diversidade, e desta na formação de educadores, da realidade brasileira e latino-americana.

Assim, o Programa de Pós-Graduação em Educação da UFV orgulha-se em colocar a público mais um importante conjunto de reflexões que pretende reforçar este paradigma da educação do campo em sua crescente, mas ainda limitada, produção de conhecimentos. Diante da permanente preocupação da Educação do Campo na conexão entre os planos locais e globais, oferecemos os artigos organizados – em sua interdependência regional nesta publicação, muito embora cada um traga consigo sua autonomia de campo e de análise – da seguinte forma: um olhar Latino-Americano que nos baliza no plano internacional a perspectiva brasileira; dois outros advindos do Semiárido Nordeste brasileiro; outros dois originados no Sul do País; mais outros dois de nossa Minas Gerais; outro mais do Norte do País; finalizando com uma análise desde o Centro Oeste. Esta territorialização não tem por fim aprisionar os estudos e seus autores e autoras em seus lugares de origem, senão apontar mais esta dimensão estruturante da Educação do Campo: um lugar específico que se explicam as macro determinações.

A Professora Elisa Cragolino, da Universidade Nacional de Córdoba, na Argentina, a partir de pesquisa junto a iniciativas educacionais naquela província do país-irmão, nos alerta para o risco – em perspectiva histórica de longa duração – que a pecha da modernização agrícola traz em seu bojo liames de contaminação dos movimentos populares com os ditames da mercantilização e do empreendedorismo difundidos desde as ditaduras militares latinoamericanas pelas empresas da dita economia verde. É bom lembrar que

a Argentina é um país que ainda não carrega a força da categoria analítica da Educação do Campo. Para este enfrentamento nos incita a “identificar a complexidade da trama de posições e de interesses presentes na produção de práticas e discursos políticos educativos”. Ou seja, por um lado, é preciso denunciar, nas escolas, conteúdos e relações que contribuem com a direção hegemônica de um grupo social sobre os demais, e por outro lado, se deve reconhecer e anunciar as práticas que geram concepções de mundo alternativas e progressistas, ou mesmo, que expressem de posições de resistência dos grupos subordinados. Concluímos de sua leitura que apenas a partir dos conhecimentos produzidos na e pela vida camponesa e incorporados nas escolas é que se pode afirmar uma Educação do Campo.

Por sua feita, Maria do Socorro Silva, professora da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), no Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, a partir da análise de redes sociais, trata dos significados dos movimentos sociais num mundo que se apresenta cada vez mais como interdependente, intercomunicativo, e situa que a escola deve contribuir na construção e fundamentação de diversos saberes necessários à melhoria das relações sociais, do combate às injustiças, da constituição de uma sociedade mais humana e de um processo de convivência entre as diversidades e as singularidades constitutivas de cada grupo sociocultural. Afirma que a heterogeneidade das propostas e práticas pedagógicas que constituem o Movimento da Educação do Campo suscita a configuração de uma rede política e de aprendizagens, composta por outras redes, constituindo unidade na sua diversidade a partir dos seguintes princípios: a) respeito à cultura dos sujeitos, num diálogo com as culturas científica e midiática, trabalhadas nas escolas como conteúdos educativos; b) construção de um movimento de mão dupla na produção do conhecimento, pois ao mesmo tempo em que parte da prática a ela retorna para modificá-la; c) em sala de aula os conteúdos precisam ganhar sentido ao possibilitar a reflexão e a intervenção na realidade; d) a realidade, em sua totalidade, requisita uma abordagem curricular integrada, na qual o diálogo e o confronto entre as diferentes áreas do conhecimento são fundamentais; e, e) a dimensão humana da formação de hábitos, valores, atitudes, afetos, ética e estética dos sujeitos, enxergando o ser humano em sua omnilateralidade.

O estudo do Professor Edmerson Reis e da mestrandia Gabriela Santos Barbosa, da Universidade Estadual da Bahia (UNEB), a partir de um trabalho etnográfico no sertão baiano, apresenta novos sujeitos da educação contextualizada do campo, aqueles vinculados à articulação das Comunidades Tradicionais de Fundo de Pasto – novos porque foram automeados assim a partir dos fins dos anos 1900 e inícios dos anos 2000, com finalidades de regularização fundiária. Em diálogo com pessoas da comunidade, os autores afirmam que a escola deveria materializar o ensino também a partir dos saberes sobre a terra como forma de reforçar os valores da própria comunidade e assim definirem a categoria da convivência como mais que uma teia de significados, uma vez que se constitui em teias de saberes: conviver é apre(e)nder a comungar vivências. O artigo revela a existência de um processo educativo de troca de experiências em que os saberes se fazem ciclicamente remetendo ao processo de Educação Contextualizada, ou seja, em preparação dos sujeitos a compreenderem o ambiente e os fenômenos naturais do Semiárido com vistas ao aproveitamento das potencialidades. Nessa perspectiva, conviver é dar sentido a práticas e concepções inovadoras, articulando os saberes científicos e populares. Diante do descaso da escola com a vida do campo local, a população diz: “a escola aplica a teoria lá na sala de aula e quando acontecem as reuniões na Associação, nós moradores reunimos os mais jovens e ensinamos as coisas da terra, os valores da comunidade, na roça comunitária nós ensinamos sobre o manejo com a caatinga”, concluindo assim o trabalho.

Já a professora Marlene Ribeiro, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a partir de pesquisa “Da educação rural à educação popular, à educação do campo [...]” retoma o processo histórico de luta pela reforma agrária desde o século XX e compreende que a terra é um meio de produção peculiar porque não foi construída pelo trabalho humano, mas é essencial na produção de alimentos, na construção de moradias, na criação de animais. É essencial, portanto, à manutenção da vida. Contudo, a opção do Brasil pelo agronegócio numa economia globalizada não deixa espaço à vida e à produção camponesa, o que afeta diretamente a Educação do Campo, que não pode ser compreendida em separado do contexto nacional e mundial. A Professora Marlene destaca que a conquista de uma Educação do Campo vem associada à luta pelo acesso e permanência na terra e trata-se de uma proposta

pedagógica que articula o trabalho agrícola à educação escolar, direcionada, portanto, à formação humana. No seu contexto, o método pedagógico, eleito e praticado pelos movimentos sociais populares, dialetiza trabalho e educação, interpenetrando e alternando espaços-tempos de aprendizados na Escola com tempos-espaços de aplicação de projetos e experiências na Comunidade. Considerando as populações quilombolas e também indígenas, que também reivindicam terra, a autora reafirma que a garantia do direito de os camponeses terem um pedaço de terra para viver e nela trabalhar consiste na essência da questão que atinge a Educação do Campo, pois, se não há terra não há trabalho e, com isso, não se realiza esta educação. E, mesmo que estejam havendo conquistas legais, o trabalho da professora Marlene destaca que o Estado efetivamente não assume o protagonismo dos movimentos sociais, emperrando e eivando de contradições todo o processo de lutas. Todavia, ela é enfática: a garantia da terra de trabalho é, sim, essencial à Educação do Campo!

Também do sul do país, a pesquisa realizada em rede sob a coordenação das professoras Maria da Conceição Paludo, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Maria Antonia de Souza da Universidade do Tuiuti do Paraná (UTP)/Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), e Sonia Aparecida Branco Beltrame, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), analisa as contradições do modelo de desenvolvimento brasileiro existente no campo e suas relações com as problemáticas das escolas do campo; e das políticas públicas e práticas concretas das escolas. As autoras debatem o papel social da escola na sociedade e indicam a necessidade de considerar a escola do campo como espaço de resistência e exercício de contra-hegemonia, isto é, como possibilidade para a efetivação de práticas educativas alternativas e comprometidas com os trabalhadores que vivem no campo. Utilizando os dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), de 2009, e do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), de 2010, o trabalho realiza aproximações entre escolas do campo dos três estados e apresenta um conjunto de reflexões sobre a política de avaliação da educação básica, também apontando características das escolas públicas do campo no plano político e nas práticas pedagógicas. As análises do Sistema de Avaliação Escolar chegam mesmo a sugerir que o rural deva ser entendido para além do agrário, ou seja,

em quatro dimensões essenciais: espacial; ambiental; demográfica; e cultural, salientando que essas dimensões devem ser analisadas a partir da reciprocidade e da inter-relação entre elas e não a partir de um campo idealizado, de maneira a aprofundar o conhecimento do campo e da relação campo x cidade. Entre outros aspectos, as autoras concluem que o que prevalece ainda, na realidade estudada, é uma visão de ensino urbanocêntrico e de uma escola apartada da realidade dos sujeitos, com distorções idade-série, defasagem da formação de professores, e que não contempla as especificidades e particularidades do campo.

O trabalho de Vânia A. Costa, Gilvanice B. da Silva Musial e Nágela A. Brandão Correia, professoras da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), reafirma que a matriz da Educação do Campo está na relação entre “campo – política pública – educação”. Segundo as autoras, o processo de construção das Escolas do Campo, ao assumir a diversidade de saberes populares e socioculturais como constitutivas do currículo escolar, necessita considerar saberes que foram desvalorizados ao longo da construção da escola e destacam: aprender com os movimentos sociais! Assim, a partir do conceito de cultura, reconhecem que há uma Educação do Campo em construção nos mais diversos espaços e territórios deste País. Destacam, ainda, que na história recente do Brasil, diferentes grupos sociais, raciais, étnicos, culturais – os discriminados, porque são diferentes – vêm lutando pela redução das desigualdades e também questionando o paradigma da igualdade, não só na luta contra a discriminação, mas na afirmação das diferenças e reivindicação de políticas de reconhecimento da diversidade, das diferenças. Portanto, para que seja garantido o princípio constitucional de acesso e permanência na escola são necessárias políticas públicas de reconhecimento das diferenças. E nesse aspecto, assumindo os movimentos, organizações, povos e sujeitos do campo como parte da definição de seu projeto de formação, as autoras buscam apreender a existência de especificidades e as possibilidades de construção de uma escola do campo que, no reconhecimento da diferença dos sujeitos e das territorialidades do campo, possa reinventar a “forma escolar” e produzir uma nova cultura escolar. Uma reinvenção capaz de abarcar a ambivalência e a movimentação de forças entre a busca da ordem/forma estável e presença da liberdade/fragilidade/instabilidade, na qual é a escola do campo pode ser

entendida como zona de fronteira, delimitando seus limites e, ao mesmo tempo, assumindo suas porosidades, as frestas e brechas.

A pesquisa das professoras Lourdes Helena Silva e Elida Lopes de Miranda, da UFV, a partir da recuperação histórica e dos princípios dos movimentos da Educação do Campo e da Agroecologia, tem como foco as práticas educativas do Programa de Formação de Agricultores na Zona da Mata mineira, denominado Intercâmbios Agroecológicos. A partir do reconhecimento que os princípios da Educação do Campo e da Agroecologia correspondem à mesma matriz histórica social, o estudo destaca que esses movimentos constituem campos de conhecimentos que têm em comum a luta pela terra; o protagonismo dos movimentos sociais; outra concepção de educação e de desenvolvimento de campo e sociedade. Nesse aspecto, as autoras identificam um conjunto de propostas e práticas agroecológicas presentes no movimento da Educação do Campo que, no enfrentamento da ofensiva do agronegócio, tem possibilitado a geração de outro projeto de desenvolvimento de campo e de sociedade. As análises do estudo apontam que a afirmação da agroecologia enquanto tríade ciência, prática e movimento social apresenta potencialidades nos processos de transformação do campo brasileiro, principalmente na implementação de processos educativos que, orientados pela construção de relações dialógicas entre os diferentes sujeitos, favorecem uma dinâmica de formação marcada pelo entrelaçamento dos saberes populares e científicos, na produção de conhecimentos novos, úteis e compartilhados. Do ponto de vista das práticas pedagógicas, o estudo ainda destaca e analisa, no fortalecimento dessa conexão entre a Educação do Campo e a Agroecologia, os princípios da metodologia Campesino a Campesino e da Educação Popular e a conjugação de estratégias pedagógicas diversas, como História de Vida; Caminhada Transversal; Círculo de Cultura; entre outras.

O trabalho que nos chega da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), da professora Maura Pereira os Anjos, busca analisar a concepção e a prática da organização do trabalho pedagógico desenvolvido no curso de Licenciatura em Educação do Campo a partir da Alternância Pedagógica e da teoria crítica. A autora identifica que a formação docente, muito embora temática mais pesquisada no Brasil, marginaliza a especificidade de formação de educadores do campo como sujeitos de direito à educação, que por sua vez

tem possibilitado alargar a teoria pedagógica e as concepções de formação de educadores. Essa tensão se acentua no debate sobre o conteúdo e as práticas pedagógicas da escola no campo e ainda mais na tensão entre o universal e o particular no bojo da cultura escolar com suas implicações no campo da didática e do currículo. O estudo indica, ainda, que o curso da UNIFESSPA assume a formação contextualizada, a realidade e as experiências das comunidades como fontes de estudos e conhecimentos, além de afirmar a pesquisa como princípio educativo, a indissociabilidade teoria-prática, o planejamento e a ação formativa integrada interdisciplinar entre as áreas de conhecimento, os educandos como sujeitos do conhecimento, e a produção universitária para a transformação da realidade. O artigo, além de elencar desafios de configuração de equipe docente nesse perfil, traz ainda problemáticas delicadas, tais como: o protagonismo dos sujeitos individuais e coletivos na organização do trabalho pedagógico, a materialização das Alternâncias Pedagógicas, nos apresentando a força do processo de criação de um curso, em uma universidade nova, e diante de políticas tensionadas.

Fechando este dossiê trazemos as contribuições da professora Mônica Molina, da Universidade de Brasília (UnB), que busca, a partir dos debates ocorridos no III FONEC, reforçar as necessidades atuais do movimento, isto é: i. da explicitação do que se compreende por Educação do Campo como categoria de análise da realidade; ii. da articulação das lutas por políticas públicas específicas com as lutas nacionais em defesa da Educação Pública; iii. de intensificação das lutas contra o fechamento de Escolas do Campo e pela abertura de novas unidades escolares; iv. de ampliação do enfrentamento à invasão ideológica do agronegócio nas escolas do campo; e v. da defesa das políticas públicas já conquistadas e criação de novas políticas necessárias aos enfrentamentos dos desafios atuais. O trabalho também enfatiza que falar da Educação do Campo, inevitavelmente, significa falar da disputa entre o agronegócio e a agricultura familiar camponesa e das imensas diferenças entre as consequências que estes modelos de desenvolvimento têm para o ser humano, para a natureza e para a sociedade. E aponta o horizonte de luta pela autoemancipação do trabalho em relação à subordinação ao capital, colocando aos povos do campo a intencionalidade de articular educação e trabalho, em um projeto emancipador. Afirmando que a situação socioeconômica em que

se encontram os educandos presentes no sistema público, especialmente no campo, não pode ser ignorada na construção de políticas que busquem a promoção da igualdade – isto caso a intencionalidade seja realmente melhorar o sistema escolar –, o artigo conclui que não é possível considerar irrelevantes as condições socioeconômicas que permeiam os processos de aprendizagem dos sujeitos do campo, quer sejam elas referentes ao nível de renda auferida pelo núcleo familiar ou ao universo cultural que este núcleo se insere.

Estes são os artigos que ora apresentamos, cientes de que sua leitura em muito ampliará nossa capacidade reflexiva sobre esta nova realidade escolar e educacional construída nos últimos 17 anos no campo brasileiro. Muito embora os estudos sobre a Educação do Campo – no âmbito das produções nacionais sobre políticas educacionais e práticas pedagógicas – ainda se constituam uma novidade acadêmica, há que se reconhecer que apesar da maturidade da existência do movimento, são nos últimos anos que temos a sua construção conceitual mais bem delineada, com uma crescente produção teórica com análises e reflexões sobre as práticas educativas nas escolas do campo brasileiro e a formação de professores para os seus diferentes territórios. Como poderão ler neste número, essa novidade está na formulação de um *corpus* teórico, construído a partir de um conjunto de práticas e em articulação com as lutas dos povos do campo, ou seja, na estreita vinculação entre educação, escolarização e produção da vida no campo. Desejamos, assim, uma boa e proveitosa leitura!

**Prof<sup>a</sup>. Lourdes Helena da Silva – PPG/UFV**

**Prof<sup>o</sup>. Willer Araújo Barbosa – PPG/UFV**

Viçosa, Dezembro de 2015